

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO OESTE DE SANTA CATARINA: DO COLECIONISMO AO CIENTÍFICO

*Mirian Carbonera** **Resumo**

Com esse trabalho, busco relacionar as principais pesquisas arqueológicas realizadas no oeste de Santa Catarina, os pesquisadores e a cronologia desses estudos, no período entre 1950 e 2005, analisando como esses trabalhos contribuíram para o fazer da ciência arqueológica nessa região. Vestígios arqueológicos passaram a ser encontrados ainda no século XIX e, especialmente, na primeira metade do século XX, quando colonizadores europeus e seus descendentes se instalam no oeste catarinense. Já em meados do século passado, tiveram início as primeiras pesquisas arqueológicas realizadas por autodidatas seguidas por trabalhos vinculados ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). Nos últimos 30 anos devido a grande incidência de obras de impacto ambiental, associadas à necessidade de realização de estudos arqueológicos, houve um aumento do número de pesquisas. Com base no histórico das pesquisas e nos dados levantados, também procuro apontar como eles tem contribuído para o entendimento das sociedades pré-históricas que aqui viveram.

* Mestre em História pela UNISINOS e Técnica em Arqueologia I do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM/ Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ. Endereço: Chapecó/SC, Rua Líbano, 111D, cep: 89805-510. E-mails: ceom@unochapeco.edu.br; mirianc@unochapeco.edu.br.

Palavras-chave: história da arqueologia, região oeste de Santa Catarina, patrimônio arqueológico.

Abstract

With this work we look for to relate main archaeological researches conducted in the West of Santa Catarina, researchers and the chronology of these studies, between 1950 and 2005, examining how these works contributed to the making of archaeological science in this region. Archaeological remains have been found even in the nineteenth century and especially in the first half of the twentieth century, when European settlers and their descendants are established in western Santa Catarina. Already in the middle of last century, began the first archaeological research carried out by autodidacts, followed by work related to National Program for Archaeological Research (PRONAPA). In the last 30 years due to high incidence of works of the environmental impact associated with the necessity of conducting archaeological studies, there were an increased number of searches. Based on historical research and data collected, we also try to point as they have contributed to our understanding of prehistoric societies that lived here.

Keywords: archaeology history, Santa Catarina west region, archaeological heritage.

Este artigo pretende abordar as diversas formas de registro do patrimônio arqueológico e seus respectivos atores em pesquisas desenvolvidas no oeste de Santa Catarina¹, no período entre 1950 e 2005². Optamos por esse recorte temporal justamente por ser a partir desse período que se intensificam os registros de sítios arqueológicos na região e que tem início a divulgação desses resultados, através de publicações, relatórios, entre outros. No oeste catarinense, objetos líticos e cerâmicos, além de alterações na paisagem, a exemplo das estruturas subterrâneas, são basicamente os únicos registros que se preservaram, constituindo-se, assim, nos principais remanescentes utilizados pelos pesquisadores para o entendimento das sociedades pré-coloniais que aqui viveram. Esses vestígios passaram a ser encontrados e, muitas vezes, coletados, desde o século XIX e, especialmente, na primeira metade do século XX, quando colonizadores europeus e seus descendentes se instalam na região. Contudo, somente mais tarde tiveram início as primeiras pesquisas arqueológicas realizadas por autodidatas, seguidas por trabalhos vinculados ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) e, por fim, por pesquisas de contrato arqueológico. Esses estudos evidenciaram vestígios de cultura material de grupos pré-cerâmicos³, das tradições⁴ Umбу e Humaitá, e cerâmicas⁵, das tradições Tupiguarani e Taquara.

¹ Renk (1997) denomina "oeste catarinense" como a área compreendida nos limites fixados em 1917 entre os municípios de Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó, que correspondem atualmente às regiões coloniais do oeste do rio do Peixe, na divisão atual do IBGE. Essa área também pode ser entendida como pertencente ao alto Uruguai, região onde se encontram importantes afluentes que compõem a bacia do rio Uruguai.

² O artigo foi produzido especialmente a partir de acervos arqueológicos e bibliográficos disponíveis no Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos (NEEA/CEOM-UNOCHAPECÓ).

³ O período pré-cerâmico refere-se ao período anterior ao surgimento da cerâmica, no caso grupos caçadores coletores. Para o oeste de Santa Catarina são especialmente os sítios classificados como tradição Humaitá, caracterizada por instrumentos morfológicamente maciços sobre massa central (blocos ou seixos), sendo normalmente desprovida de pontas de projétil (Prous, 1992:156). Estudos recentes baseados em sítios do Rio Grande do Sul estão propondo um novo olhar para os objetos líticos que eram

Durante muitos anos, as pesquisas eram realizadas e seus resultados não retornavam à região, deixando uma lacuna sobre a história do período pré-colonial. A partir do ano 2000, algumas ações que vinham sendo pensadas há alguns anos começaram a mudar essa realidade. Dentre elas, podemos destacar o Curso de Especialização em Arqueologia, criado na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Erechim, a criação do Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos (NEEA), vinculado ao Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), somados à portaria 230/2002, que regulamenta as atividades de Educação Patrimonial em pesquisas de arqueologia contratual. Além disso, a grande incidência de obras de impacto ambiental, associada à necessidade de realização de estudos arqueológicos, promoveu o aumento do número de pesquisas e sua consequente popularização.

Contudo, o fazer da arqueologia como ciência e a extroversão de seus resultados no oeste catarinense ainda se configuram como ações isoladas e muitas vezes pontuais. Por isso, buscamos fazer um histórico das pesquisas, pesquisadores e os estudos desenvolvidos na região de forma cronológica. Para refletir sobre os

diferentes momentos da arqueologia no oeste catarinense, iniciamos pelo colecionismo (entendido aqui como o ato de reunir objetos) através do qual a cultura material arqueológica era coletada sem a preocupação de ser entendida e analisada a partir de métodos e técnicas específicas. Posteriormente, teríamos o período científico, quando as coletas são interpretadas e analisadas a partir de modelos teóricos e de orientação metodológica. Nesse sentido, compartilhamos com a definição de Dunnell de que a “ciência é um estudo sistemático, derivado de um sistema lógico que resulta na ordenação dos fenômenos aos quais ela se aplica de maneira a tornar os fenômenos não-históricos e suscetíveis de explanação” (Dunnell, 2006:39).

I. Os Primeiros Passos da Pesquisa Arqueológica: O Colecionismo

Notícias da cultura material indígena pré-colonial podem ser percebidas em relatos do século XIX. Maximiliano Beschören⁶, que realizou expedições para levantamento topográfico no alto rio Uruguai para o Governo do Rio Grande Sul, entre 1875 e 1887, descreve que na região de Nonoai, no vale do Goio-Ën, onde atual-

relacionados à tradição Humaitá e demonstram que a falta de novos estudos contribuiu para caracterizar esta tradição como um conjunto de objetos díspares, que podem representar parcelas da cultura material de populações que também produziam cerâmica (Dias, 2003:47).

⁴ Pesquisadores como Kern (apud Morais, 1999-2000), estabelecem críticas ao modelo de fases e tradições criadas pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas e concordam com a idéia de que estes conceitos são “unidades artificiais”, que não podem ser confundidas com culturas, considerando que a maioria dos sítios, em especial os pré-cerâmicos, devido às condições ambientais, reduziram os elementos da cultura material a raros vestígios (Morais, 1999-2000:202).

⁶ Maximiliano Beschören nasceu em 1847, era natural da Província Prussiana da Saxônia. Formou-se em engenharia e chegou a Porto Alegre em 1869. Em 1874, fez parte da expedição para levantamentos topográficos de terras no alto Uruguai. Foi encontrado morto em 1887, quando fazia a demarcação do Triângulo, no trecho Nonoai, Peperi e Chapecó (Teixeira, 1989:7-8).

⁶ Maximiliano Beschören nasceu em 1847, era natural da Província Prussiana da Saxônia. Formou-se em engenharia e chegou a Porto Alegre em 1869. Em 1874, fez parte da expedição para levantamentos topográficos de terras no alto Uruguai. Foi encontrado morto em 1887, quando fazia a demarcação do Triângulo, no trecho Nonoai, Peperi e Chapecó (Teixeira, 1989:7-8).

mente se situa o município de Águas de Chapecó, foram encontrados velhos utensílios e armas dos índios:

Ao longo da margem do rio, em diferentes lugares, encontrou-se, enterrados, pratos dos mais diversos formatos, guarnecidos de maravilhosos desenhos. Todos, porém, tão envelhecidos que não resistiram ao pegá-los, quebrando-se ao tirá-los da terra. Noutros lugares, encontrou-se porções inteiras de pratos, de diâmetros variados, dispostos regularmente em camadas, o maior bem em baixo, de modo que a superfície era plana e uniforme. Afirmam que esses pratos não provêm dos indígenas, mas sim dos jesuítas. Na foz do rio Chapecó [hoje município de Águas de Chapecó], perto da recém descoberta fonte medicinal, encontrou-se, quando se procurava preciosidades jesuítas, sob oito palmos de terra, grandes pratos de argila de 1 a 2 metros de diâmetro, com restos de ossos humanos, na maioria, reduzidos a pó. Seriam esses restos de pessoas que procuravam a cura junto à fonte? (Teixeira, 1989:51-52).

Através do relato, nota-se que há mais de um século vestígios arqueológicos são explorados no alto Uruguai. Um dos principais motivos da destruição dos sítios arqueológicos é a ideia dos “tesouros dos jesuítas” que, segundo as lendas locais,



Figura 1 - Colonizadores com coleções arqueológicas em Porto Feliz, atual Mondaí/SC (Koelln, 1980).

teriam sido enterrados durante a fuga destes com os indígenas das Reduções Jesuíticas do Rio Grande do Sul, no século XVIII. A ideia de encontrar tesouros enterrados em panelas de barro continua presente nos dias de hoje no imaginário da população local (Carbonera, 2008).

Mais tarde, já na primeira metade do século XX, quando começam a chegar as levadas de colonizadores europeus ou descendentes, os achados de cultura material passaram a ser mais frequentes, uma vez que para se instalarem nas novas propriedades era preciso derrubar a floresta e revolver a terra. Na figura 1, observamos moradores de Porto Feliz, atual município de Mondaí, que encontraram vasos cerâmicos de variados tamanhos e restos de sepultamentos humanos, cujas características remetem a grupos portadores da tradição Tupiguarani. Na figura 2, observamos os moradores de Porto Novo, atual município de Itapiranga, exibindo os achados encontrados nas novas terras, como: peles de animais, os ossos e, com destaque, os grandes vasilhames cerâmicos, demonstrados às lentes dos fotógrafos, muito provavelmente, devido à exotividade.

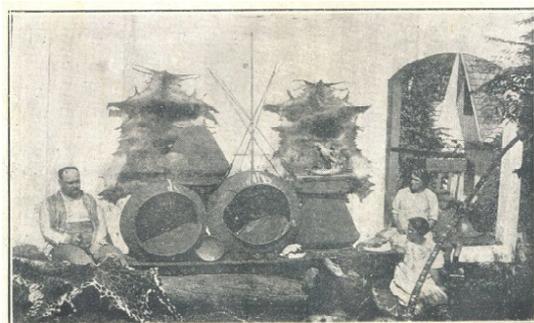


Figura 2 - Colonizadores com coleções arqueológicas em Porto Novo, atual Itapiranga/SC, em 1933. Acervo: CEOM/UNOCHAPECÓ.

Datam desse período as informações das primeiras coletas de vestígios arqueológicos. O material coletado, em parte, pode ser encontrado em museus regionais, como por exemplo, o Museu Comunitário de Itapiranga e o Museu Municipal Pastor Karl Ramminger de Mondaí. Esses museus guardam grandes coleções arqueológicas formadas a partir de doações de moradores das comunidades locais (Carbonera, 2007). Outras coleções podem estar em instituições distantes de sua região de origem, e alguns objetos ainda podem estar sob guarda das famílias, mas com certeza uma grande parcela se perdeu com o tempo ou foi destruída com os trabalhos agrícolas.

A preservação dessas coleções pode estar relacionada ao modelo de colonização empreendido na região. Percebemos que, em áreas de ocupação alemã ou de descendentes, há um grande número de objetos arqueológicos nos museus locais, como por exemplo as colônias de Porto Feliz e Porto Novo, respectivamente os atuais municípios de Mondaí e Itapiranga⁷. Comparando essas áreas de colonização alemã com as de colonização italiana, verificamos que nelas as coleções são menores e mais raras. Tal relação obviamente precisa ser melhor analisada. Contudo, Corteletti (2008) já levanta essa relação entre a preservação dos sítios e os grupos étnicos e observa para a região de Caxias do Sul (RS) maior preservação dos sítios arqueológicos, em glebas de terras destinadas a lusitanos e descendentes, do que nas áreas ocupadas por italianos e descendentes.

Num contexto mais amplo, a arqueologia brasileira praticada até os anos 1950 era concebida como mais próxima das prá-

ticas classificatórias das ciências naturais e da história natural implantada no país por naturalistas alemães no fim do século XIX e início do século XX. Nessa época, o indígena brasileiro dificilmente era valorizado, ao passo que era incentivada a busca de cidades perdidas ou provas da existência das altas culturas (Barreto, 1999:204). Nesse sentido, podemos tratar os achados de Beschören e dos colonizadores descendentes de europeus como uma forma menos explícita de colecionismo. Os achados arqueológicos nesse caso não eram recolhidos no intuito de formar coleções, mas atraíam o olhar provavelmente devido às características exóticas e os formatos inexplicáveis, especialmente no caso dos objetos líticos. O caráter exótico atribuído à cultura material possivelmente foi um motivo para que alguns colonizadores as guardassem, tornando-se relíquias, objetos de estimação, muitas vezes usadas para decoração, para presentear visitantes, entre outros. Trigger (2004:28) observa que, desde o período medieval em muitas culturas acreditava-se que artefatos arqueológicos (machados líticos, pontas de projétil) teriam origem sobrenatural, e não humana, sendo atribuídas virtudes mágicas, que podem ter sido a razão principal para sua coleta.

O colecionismo fica mais evidente em outros dois exemplos, nos quais se vê a intenção de coletar e reunir os objetos de forma mais explícita. Uma das primeiras coleções arqueológicas analisada para fins científicos foi localizada no atual município de Itapiranga. Através dela, Pedro Inácio Schmitz (1957), que nesse momento também iniciava seus estudos na área de arqueologia, publicou o artigo *Um Paradeiro Guarani do Alto-Uruguai*. Segun-

⁷ Em 2006, desenvolvemos o projeto *A Universidade nos museus: inventário das coleções arqueológicas nos museus da região Oeste de Santa Catarina*, a partir do qual foi possível inventariar 206 artefatos arqueológicos no Museu Comunitário de Itapiranga e 93 artefatos arqueológicos no Museu Municipal Pastor Karl Ramminger de Mondaí (Carbonera, 2007).

do ele:

Muitas vezes o material aparece diante do arado do agricultor, ou quebra debaixo das patas dos animais. Alguns sitiantes curiosos levam para casa o material cerâmico bem conservado a fim de nele plantar flores ou, alimentar as aves do terreiro, e as crianças brincam com os machados até os extravaiarem. Alguma coisa já foi recolhida a museus, mas a região não foi ainda submetida a nenhuma pesquisa realmente científica. Por isso nos atreveremos a publicar estas breves notas sobre uma jazida visitada... (Schmitz, 1957:122).

A coleção estudada por Schmitz havia sido reunida entre as décadas de 1940 e 1950 pelos estudantes da Escola Agrícola de Sede Capela. Ao analisar a cultura material, Schmitz a caracteriza como pertencente aos Guarani, devido à abundância de cerâmica, às pinturas e à forma dos sepultamentos. Essa coleção encontra-se no Instituto Anchietano de Pesquisas (Unisinos) e, embora não seja proveniente de uma pesquisa sistemática, já rendeu

outros estudos, que foram realizados por Becker e Schmitz (1970), Schmitz (2003) e Oliveira (2008), trabalhos que abordam especialmente aspectos do material cerâmico.

Outro exemplo de coleção arqueológica formada a partir do colecionismo está sob guarda do Museu Municipal Antônio Selistre de Campos, no município de Chapecó. Antônio Selistre de Campos atuou neste município como juiz, onde se estabeleceu e entre as décadas de 1930 e 1950. Durante esse período, tornou-se figura conhecida, entre outras coisas, por atuar em defesa das questões indígenas. Manifestava seu apoio aos índios Kaingang da Terra Indígena do Xaçupé, inclusive por meio da publicação de artigos em jornais⁸. Muito possivelmente por esse motivo fez questão de reunir e preservar a cultura material arqueológica referente às antigas sociedades indígenas. Nas figuras 3 e 4, observamos o Juiz Antônio Selistre de Campos e a coleção arqueológica formada por ele.



Figura 3 - Juiz Antônio Selistre de Campos com objetos arqueológicos. Doação: Raul José de Campos (Acervo: CEOM/UNOCHAPECÓ).



Figura 4 - Coleção arqueológica do Juiz Antônio Selistre Campos, fotografada em 1954. Doação: Raul José de Campos (Acervo: CEOM/UNOCHAPECÓ).

⁸ Essa temática foi bem explorada na dissertação de Ninarosa Manfroi (2008), que faz uma análise do Juiz Antônio Selistre de Campos a partir da imprensa.

A coleção arqueológica é composta por objetos líticos e cerâmicos, recolhidos pelo próprio juiz ou doadas por agricultores durante o período em que esteve na região. Após seu falecimento, em 1957, os objetos foram transferidos para a Escola Bom Pastor, pois nessa época ainda não existia nenhuma instituição museológica ou similar, e a Escola era considerada uma das instituições de ensino mais importantes do município, por isso ficou com a guarda dos objetos. A coleção lá permaneceu até ser transferida para o Museu Municipal Antônio Selistre de Campos, criado em 1978 (Arruda, 2004:24). Não temos informações sobre a procedência exata dos objetos, mas eles apresentam características que aludem à tradição Tupiguarani.

II. A Institucionalização da Pesquisa Científica: de 1960 a 1980

No início da década de 1960 no Brasil, destaca-se a atuação governamental e as missões estrangeiras que se empenharam em proteger os sítios arqueológicos e promover a formação de pesquisadores brasileiros (Prous, 1992). A nível nacional vários pesquisadores encabeçaram esse movimento, em Santa Catarina podemos destacar o trabalho do Pe. João Alfredo Rohr, especialmente na identificação, registro e escavação de sítios arqueológicos pré-coloniais. Data dessa época também o esforço de muitos pesquisadores e intelectuais, a exemplo de Paulo Duarte e Pe. João Alfredo Rohr, na luta em defesa do patrimônio arqueológico, resultando na criação da Lei 3.924 de 26 de julho de 1961, na qual “os monumentos arqueológicos e pré-históricos existentes no terri-

tório nacional ficam sob proteção do Poder Público”. O registro de sítios para sua posterior preservação foi um dos motivos que contribuiu para que a ciência arqueológica como disciplina adentrasse ao país.

Em 1966, Pe. Rohr visita o oeste catarinense para identificar, registrar e escavar vários sítios arqueológicos às margens do rio Uruguai, os quais vinham sendo destruídos em decorrência de atividades agrícolas e olarias. Os resultados foram publicados primeiramente na *Revista Pesquisas* em 1966 e 1968, mantida pelo Instituto Anchieta de Pesquisas e, mais tarde, em outras revistas de divulgação científica, tais como, *Dédalo*, em 1973, e *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, em 1984, entre outras. As publicações na maioria das vezes traziam descrições das atividades realizadas e dos achados, além de algumas datações.

Quanto à atuação do Pe. Rohr, destacamos suas primeiras impressões sobre a importância arqueológica desses locais e a descrição das atividades desenvolvidas. Na região do atual município de Itapiranga foram mapeados 53 sítios arqueológicos, a grande maioria sítios cerâmicos Guarani, muitos deles associados à cultura Altoparanaense⁹, todos na margem direita do rio Uruguai. Segundo Rohr, o objetivo inicial não era fazer escavação alguma, porém muitas urnas foram encontradas. Após retiradas, foram enviadas ao Museu do Homem do Sambaqui, no Colégio Catarinense, em Florianópolis. Enfatizou ainda que, nesta primeira viagem, foi informado da existência de vestígios arqueológicos nos municípios de Mondaí, São Carlos, Palmitos e Chapecó (Rohr, 1966). Em seguida, no ano de 1968, esteve em municípios como Caxambu do Sul, onde registrou quatro sítios, em Águas

⁹ A identificação da cultura Altoparanaense é feita a partir dos “fósseis guias”, instrumentos bifaciais retos ou curvos, os últimos chamados de “bumerangóides” (Prous, 1992:159).

de Chapecó, onde registrou um sítio, e em São Carlos onde quatro sítios foram registrados (Rohr, 1984).

É importante salientar o trabalho do Pe. Rohr em defesa dos sítios arqueológicos em Santa Catarina, especialmente as pesquisas desenvolvidas no alto Uruguai e no litoral do Estado. Schmitz (2006) nos conta em entrevista como era o trabalho do Pe. Rohr, muitas vezes solitário e feito com poucos recursos:

Sempre foi equipe de uma única pessoa, com exceção das escavações grandes que ele fez no litoral, fora disso, uma equipe de uma pessoa só, onde ele se hospedava nas casas de jesuítas. Eu sei que, quando ele trabalhava nas barreiras e olarias, ele se hospedava ou na paróquia ou quando ele estava trabalhando em Sede Capela [Itapiranga], ele se hospedava no seminário. [...] às vezes, alguém ajudava, mas não era o estilo dele, esse era o estilo dos velhos jesuítas, que só conseguiam se defender sozinhos, Pe. Balduino Rambo, Pe. Alfredo Rohr, os nossos pesquisadores antigos todos eram equipes de uma pessoa só (Schmitz, 2006:383).

Ainda segundo Schmitz (2006: 386), Pe. Rohr era um grande divulgador da arqueologia pois, além de publicar seus trabalhos em revistas especializadas, também divulgava seus achados no *Livro da Família*¹⁰, editado em português e alemão, com grande circulação em muitas comunidades do oeste catarinense, sendo um precursor da noção de arqueologia pública. Para Ascherson (apud Bastos, 2006:157), arqueologia pública é a arqueologia conduzida pela autoridade pública para o bem geral.

Walter Piazza (1969) como pesquisa-

dor do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA (1965-1970) - também realizou pesquisas arqueológicas no oeste de Santa Catarina. Num primeiro momento, estudou a área entre os vales dos rios Peperi-guaçu e Irani¹¹. Nessa etapa, localizou sítios da tradição Tupiguarani, definindo a fase Mondaí, e sítios de uma tradição não Tupiguarani, denominada de fase Xaxim. Grande parte dos sítios visitados por Piazza localizava-se às margens do rio Uruguai ou de seus maiores afluentes, os rios Chapecó e Irani.

Numa segunda etapa, Piazza (1971) pesquisou a área compreendida entre os rios Irani e do Peixe¹², onde registrou sítios, coletou artefatos e estabeleceu novas fases (pré-cerâmicas Tamanduá e Suruvi e cerâmicas Ipira e Itá, da tradição Tupiguarani). Segundo ele, a área pesquisada foi intensamente ocupada pelo homem, revelando a sua sedentarização, especialmente devido ao aparecimento de cachimbos que indicam a cultura do fumo. Para a tradição Tupiguarani, ressaltou a importância da sub-tradição Escovada à proporção que as migrações se dirigem para leste, o que revela ocupações mais recentes nas terras marginais do rio Uruguai (Piazza, 1971:79).

Durante a década de 1970, Maria José Reis também desenvolveu um importante trabalho abordando a temática dos sítios tipo estruturas subterrâneas. Sua pesquisa foi baseada em sítios registrados por diferentes pesquisadores, sendo escolhidas duas áreas principais. Uma delas está situada nos campos de Lages e a outra no

¹⁰ O *Livro da Família* é publicado anualmente pela Livraria Editora Padre Réu, em Porto Alegre (RS), editado há mais de 60 anos pela Congregação Jesuíta.

¹¹ Nos municípios de Xaxim, São Carlos, Palmitos, Saudades, Pinhalzinho, Quilombo, Mondaí, Itapiranga, Riqueza, Guaraciaba.

¹² Visitou os municípios de Piratuba, Ipira, Concórdia, Itá.

oeste catarinense, nas quais foram localizados, respectivamente, 83 e 21 sítios. Na região oeste, as pesquisas foram realizadas no ano de 1974, sendo registradas estruturas subterrâneas nos municípios de Concórdia, Chapecó, São Carlos, Palmitos, Pinhalzinho e Ipumirim (Reis, 2007: 40). A pesquisa naquela época gerou uma dissertação que recentemente foi publicada; segundo Reis (2007) a problemática arqueológica que norteou o estudo foi entender a natureza, as dimensões e os significados destas estruturas e de seus arranjos espaciais em termos sócio-culturais.

No período entre 1960 e 1980, foram registrados muitos sítios arqueológicos e foi feita a maioria das datações existentes para o oeste catarinense. A cultura material encontrada foi definida em conjuntos culturais diferenciados no tempo e no espaço, a partir dos conceitos de fases e tradições. Foram estabelecidas as tradições Umbu e Humaitá, para os achados pertencentes aos grupos de caçadores coletores, e as tradições Tupiguarani e Taquara, para a cultura material dos grupos agricultores. Os principais trabalhos sobre esse período foram publicados por Rohr (1966, 1973), Becker e Schmitz (1970), Piazza (1969, 1971), Schmitz (1978), Reis (2007).

III. As Novas Formas de Se Fazer Arqueologia: As Pesquisas de Contrato (1980-2005)

A partir de 1980, o oeste de Santa

Catarina passa a ser alvo de pesquisas arqueológicas de contrato, que nos primeiros anos aconteceram sobretudo às margens do rio Uruguai. Segundo Caldarelli & Santos (1999-2000), no Brasil a arqueologia de contrato¹³ teve suas origens na arqueologia de salvamento, com a assinatura da Lei 3.924/61. A partir dessa lei, os causadores de degradação do meio ambiente e, por consequência, dos sítios arqueológicos, passaram a financiar os estudos. Essa nova forma de realizar pesquisas arqueológicas também pode ser chamada de arqueologia de salvamento. Os primeiros trabalhos foram realizados entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970, sem nenhum subsídio financeiro por parte dos responsáveis. Percebemos os resultados dessas ações em prol do patrimônio arqueológico especialmente no setor elétrico, que incluiu em suas diretrizes um item sob o qual os sítios arqueológicos existentes nas áreas de inundação de seus empreendimentos fossem objeto de salvamento antes da implantação da obra (Caldarelli & Santos, 1999-2000). Como já frisamos, nesse período a atuação de João Alfredo Rohr em Santa Catarina foi decisiva para impedir a destruição de importantes sítios pré-históricos.

Na década de 1960, iniciavam os primeiros estudos sobre o potencial hidroenergético da bacia do rio Uruguai, tendo sido previstas pelo menos 22 barragens no trecho nacional dessa bacia. Para integrar esses estudos de viabilidade hidroenergética, Schmitz (1978), a partir das pesquisas já realizadas no alto Uruguai, escreveu um artigo intitulado *Trabalho de Salvamento Arqueológico nos Lo-*

¹³ O termo arqueologia de contrato foi introduzido como decorrência do surgimento de um mercado de trabalho que pressupunha para o arqueólogo, como já ocorria com outras profissões, a existência de patrões ou de clientes. Um serviço arqueológico determinado é realizado por uma remuneração negociada entre as partes (Meighan apud Caldarelli & Santos, 1999-2000). Isto envolve a localização, avaliação e estudo dos bens arqueológicos numa área determinada, para a qual, em geral, existe um projeto de engenharia civil que provocará alterações no uso do solo (Caldarelli & Santos, 1999-2000).

cais das Represas do Alto Uruguai, RS/SC, onde apontou as primeiras avaliações sobre o patrimônio cultural pré-histórico da área a ser impactada pelas futuras obras. Através dele foi possível perceber que os empreendimentos atingiriam grande parte dos sítios arqueológicos, normalmente localizados nas proximidades dos rios, conforme foi indicado por Schmitz:

Na área de estudo foi reconhecida a existência de um patrimônio cultural representado por grande número de sítios arqueológicos de diversas tradições sem cerâmicas e ceramistas. **A maioria destes sítios localiza-se às margens dos principais cursos d'água, ficando sujeitos, portanto, a inundação, com a formação dos futuros reservatórios.** Da amostragem disponível, pois várias áreas não foram ainda pesquisadas, verifica-se que nenhum sítio isoladamente parece ter valor morfológico tal que, por sua causa, deva ser sustado o aproveitamento do potencial hidroenergético da bacia. Considerados em conjunto, entretanto, contém informações de grande valor histórico, que devem ser salvas sem o que a implantação das obras necessárias ao aproveitamento do rio Uruguai resultaria em sacrifício irreparável à cultura brasileira [Grifo nosso] (Schmitz, 1978:93).

A partir de 1980 até 2005, as pesquisas arqueológicas realizadas estiveram ligadas à problemática ambiental e passaram a ser desenvolvidas basicamente através de contratos entre empreendedores e arqueólogos. Um dos maiores projetos que marca o início dessa nova forma de se fazer arqueologia, ao menos na região do alto Uruguai Catarinense, foi o *Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai-PSAU*, iniciado em 1980, e que teve como coordenadora a arqueóloga Marilandi Goulart, por intermédio da Universidade Federal de

Santa Catarina (UFSC). Entre 1980 e 1985, Marilandi Goulart desenvolveu levantamento e escavação de sítios arqueológicos na margem direita do rio Uruguai, abrangendo desde a sua formação, na junção dos rios Pelotas e Canoas, até o município de Itapiranga, quando começa a infletir para sudoeste¹⁴.

Maistarde, entre 1986 e 1997, Marilandi Goulart inicia uma nova etapa de pesquisas do *Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai*, na área a ser atingida pela Usina Hidrelétrica de Itá (PSAU-UHE Itá). Primeiramente, o trabalho se realiza na área atingida pelo canteiro de obras, nos municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS). Em seguida, foram feitas pesquisas nas áreas de desvio do rio e enchimento do reservatório. Os dois projetos – PSAU e PSAU-UHE Itá - deram origem à coleção arqueológica denominada “Acervo Marilandi Goulart”, composto por 310 sítios arqueológicos. Deste conjunto, 227 sítios situam-se em Santa Catarina (nos municípios de Itá, Concórdia, Ipira, Piratuba, Anita Garibaldi, Palmitos, Caibi, Mondaí, Itapiranga e Chapecó) e 79 sítios localizam-se no Rio Grande do Sul (nos municípios de Machadinho, Marcelino Ramos, Aratiba, Severiano de Almeida e Mariano Moro). Foram inventariados 56784 objetos líticos, 135488 fragmentos cerâmicos e 68 vasilhas (algumas inteiras), 844 amostras de sedimentos (areia, argila e carvão), 317 amostras de material ósseo e 26 amostras de material conchífero (Carbonera, 2008:54).

Durante a realização do PSAU e PSAU-UHE Itá, importantes sítios arqueológicos foram escavados nos municípios de Palmitos e Itá¹⁵. Esses sítios revelaram a pre-

¹⁴ Nesse mesmo período, foram feitas pesquisas arqueológicas na margem esquerda do rio Uruguai, com a co-execução de instituições do Rio Grande Sul, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, as Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul e Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (Carbonera, 2008).

sença especialmente de grupos portadores da tradição Tupiguarani que ocuparam as várzeas próximas ao rio Uruguai. A necessidade de expandir sua área de domínio, ou mesmo a tentativa de manutenção dos locais já ocupados, fazia com que os Tupiguarani deixassem para trás áreas já colonizadas, para manejar outras, em direção às nascentes do rio Uruguai, ou seguindo as várzeas de rios menores. Seguindo os afluentes como o rio do Peixe, dirigiam-se para regiões periféricas, em que a floresta estacional já não era tão densa, como por exemplo, na região de Itapiranga, rio abaixo (Carbonera, 2008).

Na Volta do Uvá¹⁶, os vestígios indicaram que a expansão das fronteiras significava para o Tupiguarani também maior encontro com grupos portadores de outras tradições, como a Taquara e caçadores da tradição Umbu (Carbonera, 2008). Contatos inter-étnicos¹⁷ entre grupos Tupiguarani e Taquara foram observados em sítios ao longo do alto Uruguai, sendo apontados por Becker e Schmitz (1970), Piazza (1969), De Masi e Artusi (1985), Goulart (1997), Rogge (2005) e Carbonera (2008). Certamente, com as novas pesquisas em andamento, haverá possibilidade de aprofundar o entendimento sobre essas sociedades e, especialmente, levantar novas informações sobre os contatos inter-

étnicos nessa região.

Em fins da década de 1990, iniciaram-se os estudos de impacto ambiental na área da UHE Foz do Chapecó. O empreendimento começou a ser construído em 2006, no rio Uruguai, próximo à Foz do rio Chapecó (afluente da margem direita), atingindo na área de construção do canteiro de obras os municípios de Águas de Chapecó (SC) e Alpestre (RS). A área do reservatório atingirá uma extensa porção de terras, abrangendo os municípios de Caxambu do Sul, Guatambu, Paial, Chapecó e Itá, em Santa Catarina, e Rio dos Índios, Nonoai, Faxinalzinho, Erval Grande, Barra do Rio Azul e Itatiba do Sul, no Rio Grande do Sul. Em 1998, foram feitos os primeiros estudos de arqueologia, coordenados pelos arqueólogos Gislene Monticelli e Júnior Domiks. Nessa época, foram localizados 28 sítios arqueológicos na margem de Santa Catarina. Em 2004, foram realizados novos estudos somente na área do canteiro de obras, sendo identificados nove sítios e 11 áreas de ocorrência arqueológica, com sítios cerâmicos das Tradições Tupiguarani e Taquara, e sítios líticos não relacionados a nenhuma tradição conhecida¹⁸ (Lavina, 2004). Em 2006, foram retomadas as etapas de salvamento da cultura material do canteiro de obras e foi realizado levantamento dos sí-

¹⁵ Em Palmitos o sítio 144 e em Itá os sítios 011, 012, 013, 037, 229 (Goulart, 1987a, 1987b, 1988a, 1988b, 1997).

¹⁶ A Volta do Uvá localiza-se no município de Itá (SC), onde o rio Uruguai faz uma extensa curva e também desemboca o afluente rio Uvá, também conhecido como rio do Engano conforme cartografia da região.

¹⁷ Com este artigo não objetivamos aprofundar o debate sobre contatos culturais, apenas apontamos que os estudos realizados têm direcionado para essa questão. Ainda têm-se poucos elementos para saber que significados tiveram esses encontros. Na opinião de Barth (1997), as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação: [...] fica claro que as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outras palavras, as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação. Mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, apesar das transformações na participação e na pertença no decorrer de histórias de vidas individuais (Barth, 1997:188).

¹⁸ Na margem esquerda do rio Uruguai também foi realizada a pesquisa arqueológica, sendo registrados na área do canteiro de obras três sítios arqueológicos e 21 áreas de ocorrências arqueológicas (Lavina, 2004).

tios arqueológicos na área do reservatório. Embora o contexto arqueológico dessa região apresente-se bastante alterado, foi possível encontrar sítios com estruturas funerárias, além de vestígios ligados às tradições cerâmicas Tupiguarani e Taquara e pré-cerâmica Umbu. As pesquisas de campo e laboratório devem prosseguir até 2010 e, muito provavelmente, trarão novos dados sobre as formas de ocupação, cronologias, organização social, entre outros.

Em regiões mais afastadas do rio Uruguai, entre 2001 e 2003, foram realizadas as pesquisas arqueológicas no *Projeto de Resgate Arqueológico na Área Diretamente Afetada da UHE Quebra-Queixo, SC* e no *Levantamento Arqueológico na Faixa de Servidão da Linha de Transmissão de 138 KV Quebra-Queixo – Pinhalzinho, SC*. Na primeira etapa do projeto, foram feitos estudos nos municípios de São Domingos e Ipuacú, e na segunda etapa foram pesquisados os municípios de Pinhalzinho, União do Oeste, Quilombo, Marema, Entre Rios, Ipuacu e São Domingos (Caldarelli, 2003). Nestas pesquisas evidenciaram-se sítios da tradição Taquara. No caso das pesquisas arqueológicas realizadas na área da UHE Quebra-Queixo, dos 33 sítios arqueológicos, quatro são do tipo estrutura escavada, e os demais são sítios lito-cerâmicos a céu aberto, que provavelmente estão associados às estruturas escavadas, conforme comprovaram os estudos laboratoriais. No caso do material cerâmico, as formas encontradas, a partir da reconstrução gráfica das vasilhas, evidenciam a afinidade com a tradição Taquara. Quanto à indústria lítica coletada nos sítios a céu aberto mostra preferência em utilizar como matéria prima rochas clásticas, riódacito, basaltos e calcedônia, enquanto nas estruturas escavadas a matéria prima mais empregada é o quartzo. As datações evidenciaram que

os sítios foram ocupados no século XIX (Caldarelli & Herbets, 2005).

As margens do rio Irani também foram alvo de pesquisas arqueológicas, devido à construção de três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Em 2001, foi feito o *Levantamento de Sítios Arqueológicos nas Margens do Rio Irani/Santa Catarina*, afluente do rio Uruguai, para a implantação de três centrais hidrelétricas, sendo elas PCH Plano Alto, PCH Alto Irani e PCH Arvoredo. O trabalho foi coordenado por Maria Madalena Velho do Amaral, sendo pesquisados os municípios de Xavantina, Faxinal dos Guedes, Arvoredo, Xanxerê e Xaxim. A pesquisa resultou no registro de 29 sítios arqueológicos localizados não só na área de impacto direto, mas também em seu entorno imediato (Amaral, 2001). Em 2005, os estudos foram retomados somente nas áreas atingidas pelas PCHs Alto Irani e Plano Alto. Durante os estudos realizados nas áreas projetadas para a instalação dos canteiros de obras, foram localizados, na primeira, 23 sítios, e na segunda, 12 sítios. A análise laboratorial do material lítico e cerâmico mostrou que eles se parecem com o contexto observado na UHE Quebra-Queixo, de populações reduzidas e refugiadas no extremo oeste catarinense, já em período histórico avançado, um cenário correspondente aos sítios da tradição Taquara (Caldarelli, 2007:317).

Os empreendimentos causadores de impacto ambiental, em especial as hidrelétricas, embora possibilitem a implementação de novos atrativos econômicos, são também motivo de afetações e preocupações nas áreas que serão atingidas, trazendo estranhos e deslocando velhos moradores de suas melhores terras. Os arqueólogos que estudam os assentamentos pré-coloniais, localizados nas áreas de impacto das barragens, fazem parte destes adventícios. Eles vão desenterrar uma

história local muito mais antiga, que nem a memória dos moradores, nem a documentação escrita conseguem proporcionar. Os testemunhos dessa história são os sítios arqueológicos, e o discurso é feito com fragmentos de painéis de barro e instrumentos lascados e polidos em pedra, que chegaram até nossos dias.

IV. Considerações Finais

No decorrer de nossas reflexões, observamos que na região oeste de Santa Catarina os vestígios arqueológicos vêm sendo retirados do seu contexto ao longo do século XX. Mas foi somente nas décadas de 1960 e 1970 que as pesquisas passaram a ser realizadas por estudiosos especializados, que visavam ter uma visão espacial e temporal do período pré-colonial. Já na década de 1980 observa-se o aparecimento da arqueologia de contrato ou empresarial, modalidade que fez crescer nos últimos anos o número de pesquisas e trouxe dados arqueológicos sobre locais que dificilmente seriam alvo de estudos, ampliando o conhecimento sobre o período pré-colonial da região, e de forma mais ampla do Brasil como um todo.

Muito se avançou desde as primeiras coletas feitas pelos moradores, se considerarmos os estudos realizados nas últimas décadas, cujo grande número de pesquisas tem contribuído, significativamente, para o conhecimento das principais culturas e sua distribuição geográfica, bem como tem possibilitado uma primeira aproximação quanto a cronologia desta ocupação. Por outro lado, a arqueologia contratual, devido às grandes áreas pesquisadas, traz ao final dos trabalhos grandes acervos e muitos relatórios que na maioria das vezes acabam esquecidos, uma vez que objetivam demonstrar para a

empresa contratante, o IPHAN, o IBAMA, etc., que foi realizado o salvamento arqueológico da área atingida pela obra de engenharia contratante. Esse é um aspecto que merece atenção, pois os acervos e relatórios podem e devem ser alvo de novos estudos e interpretações, a fim de contribuir no conhecimento das sociedades passadas e na valorização e difusão do conhecimento sobre o patrimônio arqueológico brasileiro.

De maneira geral, é preciso avançar em muitos aspectos, como, por exemplo: aumento na produção científica, pois boa parte são relatórios técnicos produzidos em decorrência de obras de engenharia; realização de novas datações absolutas, pois as que existem são poucas e deixam muitas dúvidas sobre os processos de ocupação ocorridos antes da chegada do colonizador europeu; necessidade de estudos mais aprofundados e detalhados a partir de novas questões e da aplicação de novos métodos, em especial para o período pré-cerâmico, já que na maioria das vezes a cultura material provém de sítios perturbados, fator que dificulta as análises e, consequentemente, um melhor entendimento sobre o período.

Por fim, não há dúvida de que esse quadro poderá ser complementado futuramente. O esforço aqui empreendido visou dar suporte a novas pesquisas, contribuir para divulgação, valorização e preservação do patrimônio arqueológico de uma região com território extenso e permeado por uma grande diversidade étnica e cultural.

Recebido para publicação em março de 2009.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, M. M. V. 2001. *Levantamento de Sítios Arqueológicos nas margens do Rio Irani/SC*. Florianópolis, Relatório Final dos Estudos de Impacto Ambiental.
- ARRUDA, M. P. W. 2004. Antônio Selistre de Campos: o guardador da cidade. In: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. *A Voz de Chapecó: Artigos de Antônio Selistre de Campos de 1939 a 1952* (Série Documento 4). Chapecó, Argos, pp. 17-26.
- BARRETO, C. 1999. Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. *Revista de Arqueologia e Etnologia* (Série Suplementos), São Paulo, 3:201-212.
- BARTH, F. 1997. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. (org.) *Teorias da Etnicidade*. São Paulo, UNESP, pp. 187-227.
- BECKER, Í. I. B. & SCHMITZ, P. I. 1970. Uma cerâmica de tipo Eldoradense: fase Itapiranga. In: Instituto de Pré-história/USP. *Estudos de Pré-história geral e brasileira*. São Paulo, Universidade de São Paulo, pp. 499-510.
- BASTOS, R. L. 2006. A arqueologia pública no Brasil: novos tempos. In: MORI, V. H.; SOUZA, M. C. de; BASTOS, R. L.; GALLO, H. *Patrimônio: Atualizando o Debate*. São Paulo, IPHAN, pp. 155-168.
- CALDARELLI, S. B. & SANTOS, M. C. 1999-2000. Arqueologia de contrato no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, 44 (1): 52-73.
- CALDARELLI, S. B. (Org.). 2003. *Resgate arqueológico na Faixa de Servidão da Linha de Transmissão de 138 KV Quebra-Queixo-Pinhalzinho, SC (Relatório Final)*. Florianópolis, Scientia Ambiental.
- CALDARELLI, S. & HERBERTS, A. L. 2005. A contribuição das pesquisas no AHE Quebra-Queixo à problemática dos assentamentos em casas subterrâneas no extremo-oeste catarinense e à arqueologia Kaingang. In: MILDNER, S. E. S. (Org.). *Casas Subterrâneas: Anais do I Colóquio sobre Sítios Construídos*. Santa Maria, Palotti, pp.85-128.
- CALDARELLI, Solange Bezzer (Org.). 2007. *Arqueologia Preventiva na Área de Intervenção das PCHs Plano Alto e Alto Irani, SC (Relatório Final: Atividade de Campo, de Laboratório e Educação Patrimonial)*. Florianópolis, Scientia Consultoria Científica.
- CARBONERA, M. 2007. As coleções arqueológicas em museus municipais no oeste de Santa Catarina. *Anais do XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia* (CD ROM). Florianópolis, SAB.
- CARBONERA, M. 2008. *A Tradição Tupiguarani no Alto Uruguai: Estudando o Acervo Marilandi Goulart*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, UNISINOS.
- CHMYZ, I. (Ed). 1966. *Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica* (Manuais de Arqueologia, 1). Curitiba, UFPR.
- CORTELETTI, R. 2008. *Patrimônio Arqueológico de Caxias do Sul*. Porto Alegre, Editora Nova Prova.
- DE MASI, M. & ARTUSI, L. 1985. Fase Itapiranga: sítios da tradição planáltica. *Pesquisas-Antropologia*, São Leopoldo, 40:99-121.
- DIAS, A. S. 2003. *Sistema de Assentamento e Estilo Tecnológico: Uma Proposta Interpretativa para a Ocupação Pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP.
- DUNNELL, R. C. 2006. *Classificação em Arqueologia*. São Paulo, Edusp.
- GOULART, M. (Org.). 1987a. *A Pré-História da Volta do Uvá-SC/RS: Barragem Itá*. Florianópolis, UFSC/ELETROSUL.
- GOULART, M. (Org.). 1987b. *Culturas Indígenas do Alto Vale do Rio Uruguai-SC/RS: Barragem Itá*. Florianópolis, UFSC/ELETROSUL.
- GOULART, M. (Org.). 1988a. *Situação Atual das Pesquisas Arqueológicas: Barragem de Itá - SC/RS*.

Florianópolis, UFSC/ELETROSUL.

GOULART, M. (Org.). 1988b. Síntese da Situação Atual das Pesquisas: Barragem de Itá - SC/RS. Florianópolis, UFSC/ELETROSUL.

GOULART, M. (Org.). 1997. *Projeto Salvamento Arqueológico do Uruguai - Volume I*. Itajaí, Universidade do Vale do Itajaí.

KOELLN, A. 1980. *Porto Feliz: A História de uma Colonização às Margens do Rio Uruguai*. Mondaí, Coordenadoria Municipal de Ensino.

LAVINA, R. (Org.). 2004. *Relatório Final do Levantamento Arqueológico do Canteiro de Obras da UHE Foz do Chapecó - Águas de Chapecó/SC e Alpestre/RS*. Criciúma, IPAT/UNESC.

MANFROI, N. M. da S. 2008. *A História dos Kaingang da Terra Indígena do Xaçepé (SC) nos Artigos de Antônio Selistre de Campos: Jornal A Voz de Chapecó 1939/1952*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC.

MORAIS, J. L. 1999-2000. Arqueologia da região sudeste. *Revista USP*, 44 (2):194-217.

OLIVEIRA, K. 2008. Estudando a Cerâmica Pintada da Tradição Tupiguarani: A Coleção Itapiranga, Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS.

PIAZZA, W. 1969. Notícia arqueológica do vale do Uruguai. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados Preliminares do Segundo Ano (1966-67). Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, pp. 55-70.

PIAZZA, W. 1971. Dados complementares à arqueologia do vale do rio Uruguai. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados Preliminares do Quarto Ano (1968-69)*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, pp.71-86.

PROUS, A. 1992. Arqueologia Brasileira. Brasília, Editora da UNB.

REIS, M. J. 2007. A Problemática Arqueológica das Estruturas Subterrâneas no Planalto Catarinense. Erechim, Habilis.

RENK, Arlene. 1997. *A Luta da Erva*. Chapecó, Grifos.

ROGGE, J. H. 2005. Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul. *Pesquisas- Antropologia*, São Leopoldo, 62:7-119.

ROHR, J. A. 1966. Pesquisas arqueológicas em Santa Catarina, os sítios arqueológicos do município de Itapiranga. *Pesquisas – Antropologia*, São Leopoldo, 15:21-60.

ROHR, J. A. 1968. Achados arqueológicos em Itapiranga. *Pesquisas-Antropologia*, São Leopoldo, 18:49-65.

ROHR, J. A. 1973. A pesquisa arqueológica no Estado de Santa Catarina. *Dédalo*, São Paulo, 17/18:49-65.

ROHR, J. A. 1984. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, Florianópolis, 17:77-174.

SCHMITZ, P. I. 1957. Um paradeiro guarani no alto Uruguai. *Pesquisas – Antropologia*, São Leopoldo, 1:122-142.

SCHMITZ, P. I. 1978. Trabalho de salvamento arqueológico nos locais das represas do alto Uruguai, RS/SC. In: ELETROSUL. *Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai: Estudo de Inventário Hidroenergético*. Apêndice IV e V. Florianópolis, ELETROSUL, p. 93-97.

SCHMITZ, P. I. & BECKER, I. B. 1991. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição Taquara. In: SCHMITZ, P. I. (org.). *Pré-história do Rio Grande do Sul* (Série Documentos, 5). São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, pp. 67-106.

SCHMITZ, P. I. 2003. Painéis para o fogo. *Anais do XII Congresso da Sociedade de Arqueologia* (CD

CARBONERA, M.

ROM). São Paulo, SAB.

SCHMITZ, P. I. 2006. Assim se fazia arqueologia: entrevista com o arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz. *Cadernos do CEOM (Cultura Material)*, Chapecó, 24:369-394.

TEIXEIRA, J. S. (Org.). 1989. *Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul: Do original "Beiträge... (1875-1887) de Maximiliano Beschoren*. Porto Alegre, Martins Livraria.

TRIGGER, Bruce. 2004. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo, Odysseus Editora.

